

ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR NO COLEGIADO TERRITORIAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE – RJ

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo¹
Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento²
Lamounier Erthal Villela³

Resumo

O objetivo dessa artigo é analisar de que forma as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo e agricultura familiar no Território da Baía da Ilha Grande (Território BIG) vem sendo acompanhadas através do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG). O estudo apresentará uma abordagem qualitativa a partir da análise crítica da realidade segundo Minayo (2002). A coleta de dados será composta de um questionário aplicado aos integrantes do Colegiado BIG. Para o tratamento das informações colhidas será utilizada a análise de conteúdo, categorizando as respostas do questionário com base nas dimensões: Coesão Social, Coesão Territorial, Governabilidade, Sustentabilidade, Inclusão econômica e Bem-estar (Perico, 2009). Os resultados indicam o Colegiado BIG como um órgão importante para o desenvolvimento territorial, porém há necessidade de uma melhor organização e ações a nível territorial.

Palavras-chave: Participação Social, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem a perspectiva de analisar o processo de política pública para o campo, relacionado às ações desenvolvidas pelo Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande (Colegiado - BIG), tendo como parâmetro as ações de gestão e controle social e a ação direta da participação da sociedade civil e das comunidades tradicionais nas ações de seu território, tratando de quais formas as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar vem sendo acompanhada em seu território. O colegiado BIG se configura como canal de discussão e pactuação das políticas públicas territoriais entre os diferentes segmentos organizados governamentais, não governamentais e sociedade civil, por isso se faz tão fundamental a relação desta pesquisa e debate com as ações de gestão e controle social. A participação e controle social no contexto deste estudo está atrelado ao direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente pelo princípio da

¹Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ), Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT/UFRRJ).

²Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ), Mestre em Desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT/UFRRJ).

³Pós-doutor em Administração Pública pela EBAPE/FGV; Doutor em Economia Aplicada pela Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III).

“participação popular”, buscando compreender de que forma as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar estão sendo efetivadas em suas localidades. A metodologia aplicada para esta pesquisa visa não somente o segmento econômico e social claramente delimitado, mas também como um segmento que incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder local e a ideia de que, os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos (ABRAMOVAY, 1998, p. 36), esta pesquisa tem um direcionamento qualitativo particular, devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Logo, este estudo torna-se relevante à medida que visa analisar o acompanhamento das políticas públicas para a agricultura familiar buscando criar critérios de fortalecimento do Colegiado BIG tendo nos processos de gestão e controle social como prerrogativa de uma análise horizontal e heterárquica.

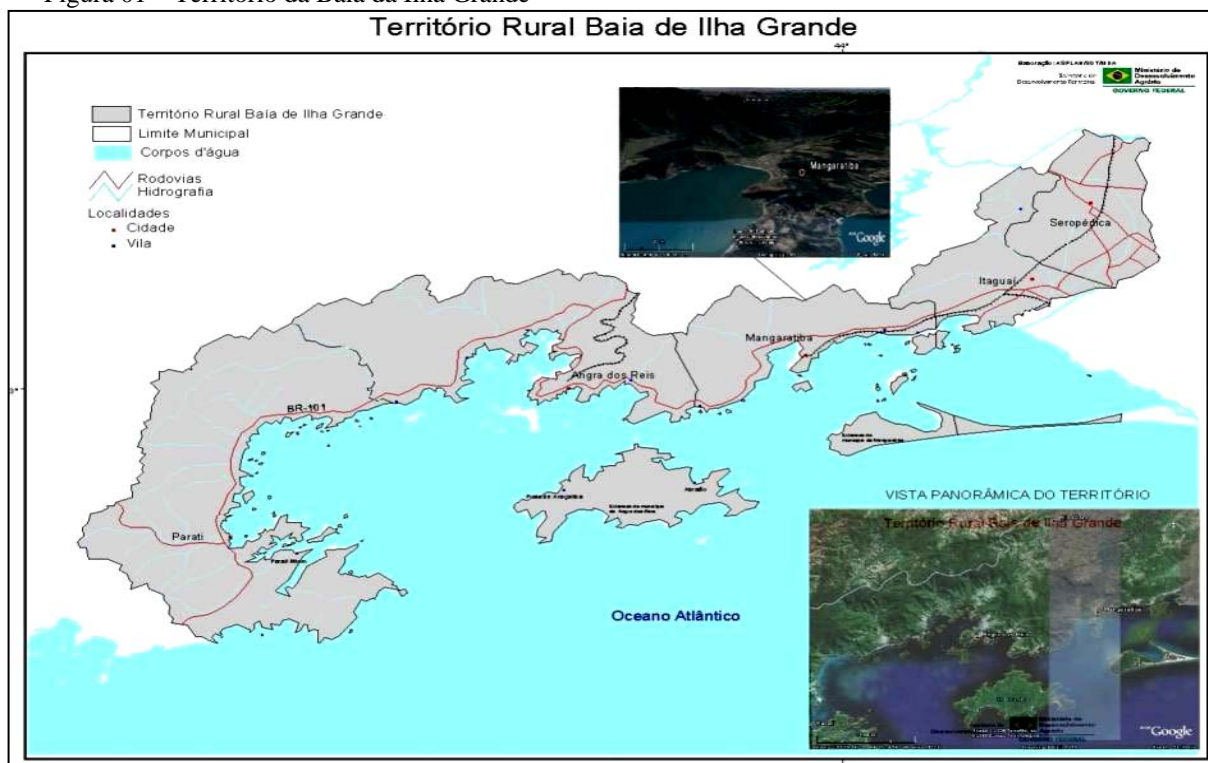
O debate atual sobre o desenvolvimento rural no Brasil e recentemente sobre o desenvolvimento territorial fundamenta-se entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla de participação, controle social e acompanhamento das políticas públicas.

Logo, o presente artigo visa analisar de que forma as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo e agricultura familiar no Território da Baía da Ilha Grande (Território BIG) vem sendo acompanhadas através do Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG). O território se configura por cinco municípios situados no sul do Estado do Rio de Janeiro: Angra do Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Seropédica. Estes municípios englobam uma área de 2663 km² onde vive uma população de aproximadamente 430.502 habitantes segundo (IBGE, 2010). Destacando nesta área: 1901 pescadores artesanais, 660 famílias de comunidades quilombolas, 5 aldeias indígenas, 1833 agricultores familiares e 294 famílias de assentados conforme dados (BRASIL, 2011).

O Colegiado BIG é a instância territorial responsável pelo controle social das políticas públicas na área da agricultura familiar no Território da BIG, composto de entidades representantes da sociedade civil e do poder público, podendo este último ter no mínimo 30% (trinta por cento) e no máximo, 50% (cinquenta por cento) de participação o colegiado BIG se configura como canal de discussão e pactuação das políticas públicas territoriais entre os

diferentes segmentos organizados que o integra. Logo, este estudo torna-se relevante à medida que visa analisar o acompanhamento das políticas públicas para a agricultura familiar buscando criar critérios de fortalecimento do Colegiado BIG para este acompanhamento.

Figura 01 – Território da Baía da Ilha Grande



Fonte: Diagnóstico Territorial - Território Baía da Ilha Grande – SDT – MDA – Rio de Janeiro (2011)

As atividades do colegiado da BIG, foram promovidas por meio de parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Edital CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 constituiu os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), buscando fortalecer as instâncias colegiadas, viabilizando o apoio ao seu funcionamento com oferta de assessoramento técnico acerca participação e controle social das políticas públicas com ênfase na agricultura familiar no Território da BIG.

2. Objetivo

O objetivo deste artigo foi traçado durante a participação das reuniões da BIG, onde foram identificadas dificuldades dos membros do colegiado em relação ao acompanhamento das políticas públicas, desta forma foram aventadas questões sobre a relação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar? Ou de consolidação do protagonismo da sociedade civil no processo de gestão e de controle social de políticas públicas?

A discussão acerca da participação e controle social das políticas públicas com ênfase na agricultura familiar no Território da BIG é observada como fator importante a medida que percebe-se que a região vem sofrendo significativas transformações sociais, culturais e econômicas ao atrair empreendimentos que podem impactar negativamente as dinâmicas territoriais locais. Um dos aspectos observados como resultado desse impacto é a possível diluição da mão de obra no campo, atraída pelos empreendimentos, podendo comprometer a multifuncionalidade da agricultura familiar (BONAL e MALUF, 2007).

3. Elementos teóricos e referenciais

Os elementos teóricos deste projeto priorizaram desenvolver suas análises pautadas nos seguintes conceitos: Controle e participação social, políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável.

3.1 Controle e Participação Social

A expressão controle social, tem sido usada por vários seguimentos da sociedade com sentidos diferentes, dependendo da concepção de Estado e sociedade civil adotado. O termo tem origem na sociologia, foi inicialmente empregado para criar meios que instituem a ordem social, como forma de disciplinar a sociedade, assegurando um conjunto de regras e princípios aos indivíduos, para manter determinada ordem. A partir da teoria política o Controle Social passou a ter significado ambíguo da concepção de Estado e sociedade civil. Nessa perspectiva é empregado tanto para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade sobre as ações do Estado. O controle social é usado na Sociologia clássica no sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição, é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. A participação e controle social no contexto deste estudo estão atrelados ao direito conquistado pela Constituição Federal de

1988, mais precisamente pelo princípio da “participação popular”, buscando compreender de que forma as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar estão sendo acompanhadas no Colegiado da BIG.

3.2 Políticas Públicas

O debate acerca do tema políticas públicas tem ampliado nos últimos tempos, registrando a importância do campo de conhecimento deste termo, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Segundo Teixeira (2002, p.2), Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

Conforme Costa (1998, p. 45), a política pública é um espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesses. Para Mattos (1999, p.49), políticas públicas é uma resposta dada pelo Estado a um conjunto de demandas postas pela sociedade, todas essas conceituações apontadas trazem contribuições para a compreensão das políticas públicas. Contudo, o sentido que utilizaremos neste projeto será de acordo com Teixeira (2002, p.02), por acreditar que políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

3.3 Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Sustentável

A agricultura familiar é definida segundo (ABRAMOVAY, 1998, p. 36) não só como um segmento econômico e social claramente delimitado, mas também como um segmento que incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder local e a ideia de que, os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou um relatório chamado de Brundland. Definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, segundo PERICO (2009) o conceito de

desenvolvimento territorial sustentável visa criar mecanismos de avaliação das ações dos poderes públicos. Desta forma, o autor aponta que para se avaliar as relações de poder em um determinado território com o enfoque do desenvolvimento do meio rural há necessidade de um mínimo de organização social para que os diferentes atores sociais possam ser os sujeitos dos processos de transformação de seus lugares, não descartando as especificidades de cada local.

4. METODOLOGIA

O estudo apresentará uma abordagem quali-quantitativa a partir da análise crítica da realidade, que Segundo Minayo (2002, p.21), responde a questões muito particulares, com nível de realidade que não pode ser quantificada. Um estudo desta natureza trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para Flick (2009, p. 46), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais, devido à pluralidade das esferas da vida e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida

4.1 Coleta de dados e tratamento de dados

A coleta de dados foi composta de um questionário aplicado com os integrantes do colegiado da BIG, incluindo atores governamentais e não governamentais, totalizando aproximadamente 57 pessoas no período entre os meses de março a maio de 2017.

As informações colhidas serão submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977) onde o objeto de estudo é o registro em si, presente em um texto, um documento, uma fala ou um vídeo. Neste sentido, o pesquisador irá identificar no questionários aplicado com os representantes da sociedade civil e governo, categorizando esse questionário com base nas dimensões: Coesão Social, Coesão Territorial, Governabilidade, Sustentabilidade, Inclusão econômica e Bem-estar (Perico, 2009).

4.2 Resultados e Análises

A - Que tipo de entidade ou instituição você representa no Colegiado Territorial?

Sociedade Civil	66%
Poder público	34%

A divisão paritária nesse contexto demonstra a importância da participação da sociedade civil durante o processo de construção das ações correlacionadas às atividades da Baía da Ilha Grande, a valorização (em %), da sociedade civil não inviabiliza os processos de governabilidade necessária para o desenvolvimento de políticas públicas locais, e acaba por concomitantemente valorizando a intensão do desenvolvimento de uma inclusão econômica endógena local e a promoção de seu bem-estar.

B - Você é membro do Colegiado?

Titular	50%
Suplente	15%
Participação Ocupacional	35%

O posicionamento de 50% dos participantes serem titulares, assim como 35% serem suplentes diretos, demonstra uma base de pelo menos 65%, dos atores (governamentais e não-governamentais), envolvidos constantemente com as ações promotoras de atividades territoriais da BIG, promovendo um espaço contínuo de construção conjunta de ações gerando uma “teia social”, que segundo Perico (2009), proporciona em médio / longo prazo ações de coesão social e coesão territorial

C - Há quanto tempo você participa deste Colegiado Territorial?

Menos de 1 ano	70%
De 1 a 3 anos	18%
De 3 a 5 anos	1%
De 5 a 7 anos	1%
Mais de 7 anos	10%

O baixo quantitativo de atores, participantes do colegiado da BIG, fornece uma perspectiva das dificuldades de uma participação em longo prazo da sociedade civil e governamental em processos de controle social de seus territórios, o que conduz a uma fragilidade na construção de políticas públicas e sociais, que visem um bem contínuo para além de um determinado período governamental, vale a ressalva das dificuldades em esfera

nacional do continuísmo da sociedade civil em ações de construção e fiscalização de políticas públicas, devido uma ausência de formação desses atores da sociedade civil, visto o interesse popular mesmo sua contínua rotatividade de participantes.

D - A tomada de decisão nas reuniões do Colegiado Territorial ocorre na maioria das vezes por?

Consenso	98%
Votação	1%
Não Sei	1%

A intenção de um consenso coletivo nas ações dos colegiados da BIG visa não o sentido de uma unanimidade de atividades ou olhares, mais sim a participação massiva de um ideal coletivo, tendo nas indicações de coesão social, coesão territorial e bem-estar sua finalidade particular entre a grande maioria de seus pares.

E – Houve um debate coletivo na sua entidade ou instituição para escolha dos representantes no Colegiado Territorial?

Sim	42%
Não	40%
Não Sei	18%

O percentual de 40%, de “não” debate na ações das escolas dos representantes dentro do colegiado da BIG, diferente do que se apresenta nos resultados (A, B e C), apresenta uma fragilidade na representatividade das instancias colegiados junto a BIG. Neste caso indica-se um aprofundamento prévio a introdução de atores governamentais e não-governamentais, como medidas cautelares, de uma não representatividade praticas dos atores signatários e com direito a voto junto as ações e reuniões do colegiado, logo deve-se ter uma atenção pré-colegiado na medida desta “não representatividade”, gerar uma falsa sensação de governabilidade e representatividade territorial.

F – As atividades do Colegiado Territorial melhoraram após a implementação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)?

Sim	82%
Não	0%
Não Sei	18%

Não se Aplica	0%
---------------	----

A indicação dos atores participantes de uma melhora significativa das ações após a implementação do colegiado, indica as ações relacionadas principalmente a coesão territorial, na medida que boa parte destas melhorias se deram na medida de uma inclusão econômica dos atores não-governamentais envolvidos, muitos destas com bases desenvolvimentistas endógenas e com perspectivas de praticas sustentáveis.

G – Na sua opinião, a sociedade local considera o Colegiado Territorial como um espaço legítimo (conhecido e importante) para o desenvolvimento territorial?

Sim	56%
Não	18%
Não Sei	26%

O resultado de pouco mais de 50% de atores que consideram os espaços da BIG como um local legítimo para as praticas das atividades de valorização do território, indica duas situações, a primeira no que se refere uma busca de coesão social em processo de avanço, visto que somente 18% não consideraram está legitimidades no espaço do colegiado, ou, uma outra proposta seria uma indicação de uma fragilidade de relação de governabilidade pratica da BIG, visto que sua rotatividades de atores (vide resultado E), é relativamente alta, por justamente estes atores não se sentirem contemplados seja pelo representantes escolhidos ou por uma inoperância pratica das atividades realizadas pelo próprio colegiado.

H – Sua participação no Colegiado tem oferecido algum benefício para sua entidade ou instituição?

Sim	80%
Não	1%
Não Sei	19%

As ações praticas exitosas de participação que conduziram em benefícios para o desenvolvimento local, são de caráter de inclusão econômica de perfil endógeno e com perspectivas de avanços de coesão social e ideários sustentáveis, na medida da melhoria coletiva (associação ou cooperativas), e não individualizada ou setORIZADA.

I – O Colegiado possibilitou uma repartição mais equilibrada do poder político no Território?

Sim	63%
Não	1%
Não Sei	36%

Um dos principais papéis identificados pela introdução do colegiado da BIG e atuação dos NEDETs, foi na medida de uma aproximação entre entidades governamentais e entidades não-governamentais, o que é ratificado por esse dado onde 63% dos atores entrevistados identificaram traços de coesão social entre os envolvidos, possibilitando uma aproximação entre as necessidades dos agricultores rurais locais e as instancias governamentais dos municípios envolvidos, proporcionando uma melhor governabilidade e uma melhor entendimento entre dos entes com assento no colegiado.

J – O processo desenvolvido pelo Colegiado possibilitou uma renovação das lideranças no território?

Sim	50%
Não	10%
Não Sei	40%

Está questão cabe principalmente a novas lideranças não-governamentais, como novos atores no processo de construção do local, impulsionados pela sua relação com seus “vizinhos”, indicando a médio / longo prazo o surgimento de militâncias que parte de ambientes pouco ouvidos pelas políticas públicas locais, apresentando em um futuro próximo novos ideais de bem-estar social oriundo dos anseios de suas localidades originais.

L – As ações do Colegiado tendem a privilegiar apenas um grupo específico do território?

Sim	0%
Não	78%
Não Sei	22%

Este resultado demonstra a indicação de isonomia com relação ao colegiado, junto a seus atores, visto que entre os entrevistados não obtivemos nenhum resultado que indica-se a utilização do colegiado em benefícios particulares, que romperia com conceitos de bem-estar, governabilidade e coesão social, caso contrário fosse. O resultado de 78% de entrevistados que indicam a ausência de privilégios entre os pares e as localidades envolvidas na BIG, sugerem um processo de coesão territorial sem favorecimento de partes e sem benefícios privados.

M - A partir da sua participação no Colegiado seu sentimento de pertencimento ao território foi fortalecido?

Sim	99%
Não	1%

Uma das principais premissas do Colegiado da BIG e da ações dos NEDETs é no que se refere a busca de uma valorização territorial, e resgate de tradições e valores de identificação local, a pratica de uma participação contínua das coordenações do núcleo, buscando uma coesão territorial, que prioriza a identificação de seus atores (principalmente os não-governamentais), com seus espaços e promovem a promoção de seu local e construção de fixação e fortalecimento a partir de uma inclusão econômica local sustentável e que promova uma local globalizante (Brandão, 2012) e não somente uma pressão e esfrelamento global sobre o espaço.

N – Fazer parte do Colegiado contribuiu para mudar sua maneira de pensar e agir?

Sim	99%
Não	1%

A resposta desta questão está relacionada diretamente com o resultado da pergunta anterior (pergunta M), visto que a promoção e valorização do espaço, com apoio do Colegiado da BIG e atividades do NEDET só ocorre a partir da perspectiva dos atores (principalmente não-governamentais), que se veem como principais promotores de valorização de suas localidade e de resistência de suas identidades promovendo processos coesão social entre os atores e bem-estar entre seus pares.

5. CONSIDERAÇÕES

As peculiaridades levantadas no artigo nos fazem crer que o Colegiado BIG possibilitou a inclusão de novos atores e lideranças dos territórios no acompanhamento e implementação das políticas públicas para o campo. Porém ainda há uma desorganização das atividades, percebendo-se uma grande dependência da assessoria do NEDET para a continuidade de suas ações.

Podemos observar que a atual composição do Colegiado BIG participam das reuniões por menos de 1(um) ano. Esse fator acontece principalmente pela descontinuidade dos representantes governamentais, que são substituídos a cada troca de gestão, desmotivando a participação efetiva da sociedade civil que tem menos rotatividade. Desta forma, há uma dificuldade dos membros do Colegiado em relação ao acompanhamento das políticas públicas e no entendimento da importância da coesão social, coesão territorial, governabilidade, sustentabilidade, inclusão econômica e bem-estar para o território da BIG.

O Colegiado é observado neste artigo como espaço importante para o desenvolvimento territorial; porém há necessidade de uma melhor organização a nível territorial, com estratégias e ações que visem o bem estar dos cinco municípios.

Percebe-se a indicação de isonomia com relação ao Colegiado BIG junto a seus atores, visto que entre os entrevistados não obtivemos nenhum resultado que indica-se a utilização do colegiado em benefícios particulares, que romperia com conceitos de bem-estar, governabilidade e coesão social, caso contrário fosse. Porém ainda há necessidade de se pensar ações que de fato objetivem uma coesão territorial.

Podemos constatar que os representantes governamentais e sociedade civil apontam mudanças no sentimento de pertencimento ao território com sua inserção no Colegiado, que colaborou para mudanças no modo de agir e de pensar onde se veem como principais promotores de valorização de suas localidades e de resistência de suas identidades promovendo processos de coesão social entre os atores e bem-estar entre seus pares. Porém para se alcançar a governabilidade há necessidade de instituições territoriais fortalecidas. Para isso,

para além de sentimento precisam do real entendimento de promoção de seu local e construção de fixação e fortalecimento a partir de uma inclusão econômica local sustentável.

Assim, sendo o Colegiado BIG um órgão que visa consolidar o protagonismo da sociedade civil no processo de gestão e de controle social de políticas públicas inerentes ao desenvolvimento rural sustentável, verifica-se a notória necessidade de uma consolidação do protagonismo da sociedade civil no processo de gestão e de controle social de políticas públicas, com uma visão mais apurada dos conceitos inerentes à coesão social, coesão territorial, governabilidade, sustentabilidade, inclusão econômica e bem estar para o Território da BIG.

6. REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural** *Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília*, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2º ed. Campinas. Unicamp, 2012

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT). **Diagnóstico Territorial da Baía da Ilha Grande – RJ**. Rio de Janeiro: MDA/SDT, 2011.

COSTA, N. R. **Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Censo demográfico 2010 – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

MATTOS, R. A. Sobre os limites e as possibilidades dos estudos acerca dos impactos das políticas públicas relativas à epidemia de HIV/AIDS: algumas reflexões metodológicas feitas a partir do caso brasileiro. IN: PARKER, R. (Org.), GALVÃO, J., BESSA, M. S. **Saúde , desenvolvimento e política**. Respostas frente à AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA, 1999.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. IICA, Brasília, 2009.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Revista AATR - BA, 2002.



GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017